

Continue





## Contrato de rescisão de prestação de serviço

Contrato de prestação de serviço

A clareza ao determinar as condições de rescisão no contrato inicial ajuda a evitar disputas judiciais e facilita a resolução amigável do contrato, quando necessário. Aspectos Legais da Rescisão de Contrato
“Entender as nuances legais por trás de uma rescisão contratual pode evitar futuros litígios e garantir que ambas as partes ajam dentro da lei.” A legislação trabalhista e civil brasileira oferece diretrizes claras para a rescisão de contratos de prestação de serviços. Normalmente, a rescisão pode ser amigável, quando as partes concordam em encerrar o contrato, ou unilateral, quando apenas uma das partes decide pelo término do acordo. Em ambos os casos, é essencial que os procedimentos sigam os termos do contrato, incluindo a comunicação prévia por escrito, para que a rescisão seja válida e legalmente reconhecida. Direitos e Deveres das Partes Envolvidas Durante a rescisão de um contrato de prestação de serviços, tanto prestadores quanto contratantes têm direitos e deveres a respeitar. O contratante tem o direito de exigir a conclusão do serviço conforme contratado ou, caso contrário, rescindir o contrato com justa causa. Por outro lado, o prestador tem o direito de receber pelo trabalho realizado até o momento da rescisão. Ambos têm o dever de respeitar as cláusulas estipuladas, incluindo multas por rescisão antecipada, se aplicáveis. Falhas em cumprir essas obrigações podem resultar em sanções legais ou compensações financeiras. Como Formalizar a Rescisão do Contrato Para evitar conflitos futuros, é crucial formalizar a rescisão de um contrato de prestação de serviços por meio de um documento legal. Este documento deve especificar as razões para a rescisão, as obrigações pendentes de ambas as partes e quaisquer acordos financeiros que restem. Além disso, é importante arquivar todas as comunicações relacionadas ao término do contrato, como e-mails e correspondências, para comprovação futura, se necessário. A formalização garante uma rescisão clara e documentada, estabelecendo um histórico transparente para ambas as partes. Impactos Financeiros da Rescisão de Contrato A rescisão de um contrato de prestação de serviços pode ter significativos impactos financeiros. As partes envolvidas podem ter que lidar com custos adicionais, como a contratação de novos prestadores ou o pagamento de multas por rescisão antecipada. Para o prestador, a interrupção de um contrato pode afetar diretamente o fluxo de caixa e requerer ajustes no planejamento financeiro. Por outro lado, o contratante pode incorrer custos ao encontrar um novo prestador ou pela paralisação momentânea dos serviços. Uma avaliação cuidadosa dos riscos financeiros envolvidos é essencial ao considerar o término do contrato. FAQ – Dúvidas Comuns O que é uma rescisão amigável de contrato? É quando ambas as partes concordam com o término do contrato, sem disputas legais. Qual a importância de um aviso prévio na rescisão contratual? Garante tempo para ambas as partes se ajustarem e evitarem prejuízos financeiros ou operacionais. Posso rescindir um contrato sem justa causa? Sim, mas isso pode implicar no pagamento de multas ou compensações, conforme estipulado no contrato. Quais documentos devo manter após a rescisão do contrato? Cópias de comunicação relativas à rescisão, como cartas e e-mails, e o documento formal de rescisão. Como proceder se a outra parte se recusa a assinar o termo de rescisão? É recomendável procurar orientação legal para garantir que os direitos e deveres sejam cumpridos adequadamente. Conclusão A rescisão de um contrato de prestação de serviços requer atenção cuidadosa aos detalhes legais e financeiros. Compreender os termos do contrato, cumprir com as obrigações e formalizar o término de maneira adequada são passos cruciais para proteger os interesses de ambas as partes. Ao adotar práticas transparentes e legalmente adequadas, é possível minimizar os conflitos e garantir uma transição suave para todos os envolvidos. Dessa forma, mesmo a complexidade das rescisões contratuais não precisa ser uma barreira para relações comerciais duradouras e bem-sucedidas. Meta Descrição: Descubra tudo sobre a rescisão de contrato de prestação de serviços, procedimentos, direitos e aspectos legais fundamentais. Aceso e informe-se detalhadamente! Perdeu sua senha? Por favor, indique o seu endereço de e-mail. Você receberá um link e criará uma nova senha por e-mail. Se é trabalhador independente, interessa-lhe conhecer bem o processo de rescisão de contrato de prestação de serviços. Continue a ler e saiba também em que apoios pode contar em caso de perda de rendimentos. O vínculo profissional em regime de prestação de serviços é o mais usado para contratar certos trabalhos ou serviços esporádicos. Assim, assume uma importância relevante na flexibilização do mercado de trabalho, especialmente agora, que cada vez mais profissionais abraçam carreiras plurias e com dedicação simultânea a diferentes projetos e setores de atividade. Por um lado, a prestação de serviços pode promover o combate à precariedade, na medida em que permite a contratação de serviços à medida das necessidades das empresas. Por outro, também é verdade que existem incontáveis situações de “falsos recibos verdes”. Ou seja, de pessoas que trabalham com todos os requisitos normalmente associados ao trabalho por conta de outrem, mas sem os devidos benefícios. O contrato de prestação de serviços pode-se apresentar sob distintas modalidades. Mandato: é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais atos jurídicos por conta da outra (artigo 1157.º do Código do Civil);Depósito: mediante o qual uma das partes entrega à outra uma coisa, móvel ou imóvel, para a que a guarde, e a restitua quando for exigida (artigo 1185.º do Código do Civil);Empreitada: pelo qual uma das partes se obriga em relação à outra a realizar certa obra, ou serviço, mediante um preço (artigo 1207.º do Código Civil); O artigo 1170.º do Código Civil refere como deverá ser efetuada a rescisão, expressando claramente que o mandato é livremente revogável por qualquer das partes, não obstante convenção em contrário ou renúncia ao direito de revogação. A rescisão do contrato na modalidade de empreitada está convencionada no artigo 1229.º do Código Civil. O dono da obra pode desistir da empreitada a todo o tempo, ainda que tenha sido iniciada a sua execução, contanto que indenize o empreiteiro dos seus gastos e trabalho e do proveito que poderia tirar da obra. Segundo o artigo 1201.º do Código Civil, não tendo sido convenicionado prazo para a restituição da coisa, o depositário tem o direito de a restituir a todo o tempo; se, porém, tiver sido convenicionado prazo, só havendo justa causa o pode fazer antes de o prazo findar. Basicamente, existem várias formas de se rescindir um contrato de prestação de serviços: Por comum acordo entre as partes;Por uma parte que exerça o direito de rescisão nos termos da lei;À luz de um direito de rescisão contratual expresso. O contratante do serviço pode avançar com a rescisão de contrato quando verificar que o serviço prestado não é o que foi acordado, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos. O prestador do serviço também pode avançar para a denúncia do contrato se, por exemplo, o pagamento não foi feito da forma como foi acordado. Apesar de estes serem os motivos mais frequentemente evocados, não significa que uma rescisão de contrato de prestação de serviços não se possa dar por outros motivos. É conveniente que ambas as partes estejam cientes do que consta no contrato. Isto porque as regras relativas à possibilidade de rescisão e todos os dados referentes a compensações deverão estar escritos no mesmo. Ou seja, foram negociados à priori. Quando se gere uma pequena empresa, um dos aspetos que merecem mais atenção por parte dos fundadores é a saúde financeira, incluindo orçamentos, despesas e receitas. Quando algum aspeto das finanças de uma empresa muda, torna-se por vezes necessário reconsiderar as despesas, incluindo os contratos de prestação de serviços. É muito frequente um empregador, particularmente de uma pequena ou média empresa, ter que proceder à rescisão de um contrato de prestação de serviços quando por exemplo o orçamento não pode mais suportar os serviços de um freelancer, ou quando esse trabalho contratado não obteve os resultados em termos de retorno que esperava. Previna-se. Análise atempadamente a minuta de contrato de prestação de serviços e inclua cláusulas relativas aos motivos para a rescisão do contrato de prestação de serviços. Desta forma está a proteger-se contra futuros problemas. Se tiver dúvidas em relação a questões legais, obtenha ajuda e esclarecimentos junto à Autoridade para as Condições de Trabalho. Mas o mais importante de tudo, quer para o empregador, quer para o trabalhador, é serem concededores dos meandros desta modalidade de contratação. O subsídio de cessação de atividade funciona como um subsídio de desemprego para trabalhadores independentes. Para usufruir deste subsídio, além de outras condições, o trabalhador independente deve estar inscrito num centro de emprego e encontrar-se numa situação de dependência económica, ou seja, desde que 50% ou mais do valor total anual dos rendimentos da atividade independente seja obtido da entidade com qual foi cessada a atividade e que determinem obrigação contributiva por parte da entidade contratante. No âmbito da pandemia pela Covid-19 foram também disponibilizados apoios para trabalhadores independentes, nomeadamente medidas de apoio à redução da atividade económica e de incentivo à atividade profissional. A carta de rescisão de contrato de prestação de serviços pode ser utilizada tanto pela parte contratante quanto pela contratada para notificar o encerramento de um contrato. Dessa forma, quem solicita a rescisão tem um comprovante de que não deixou de cumprir suas obrigações, como o pagamento de um valor mensal ou, a realização do serviço, quando a parte contratada pede o cancelamento. Neste artigo, você vai aprender mais sobre a importância da carta de rescisão de contrato de prestação de serviços, além de conferir os pontos fundamentais a incluir no documento e um modelo para usar como referência. Quais as regras de cancelamento de contrato de prestação de serviços? Os contratos de prestação de serviços regulamentam os direitos e deveres das partes em atividades onde não existe vínculo empregatício. Assim, quando uma empresa contrata pessoas autônomas para atividades profissionais, por exemplo, o registro do valor, prazo e condições de realização do serviço ficam registradas em contrato. Da mesma forma, as regras sobre as obrigações e direitos da pessoa aluna e da instituição de ensino ficam registradas no contrato de prestação de serviços comerciais. Portanto, com a rescisão, a parte contratante e a contratada desfazem o acordo, ficando o livro do cumprimento das disposições firmadas. Em geral, o próprio contrato de prestação de serviços estipula as regras em hipótese de rescisão. Nesse sentido, o contrato pode prever o direito mútuo das partes cancelarem o contrato a qualquer momento, desde que a rescisão seja comunicada com certo prazo de antecedência. É comum também que a cláusula de rescisão preveja a quitação de todos os valores devidos pela parte contratante para o cancelamento. Além disso, o contrato pode prever a rescisão em caso de descumprimento das obrigações previstas, com um prazo para resolução das pendências. Do ponto de vista jurídico, o artigo 473 do Código Civil prevê que o distrato (termo jurídico para a rescisão de contrato) pode ser solicitado por vontade de uma das partes (resilição unilateral), desde que tenha base legal. Como rescindir um contrato de serviços? Para rescindir um contrato de serviços, é necessário observar as cláusulas referentes ao assunto, assim como a legislação pertinente. De todo modo, é preciso notificar a outra parte sobre a intenção de encerrar o contrato, em vez de simplesmente deixar de cumprir as obrigações nele previstas. Para que serve a carta de rescisão de contrato de serviço? A carta de rescisão de contrato de prestação de serviços funciona como uma notificação à outra parte sobre o cancelamento do acordo. Dessa forma, a carta serve para registrar a data e o motivo da solicitação de encerramento do contrato, evitando possíveis alegações de descumprimento pela outra parte. Com quanto tempo de antecedência enviar? Em geral, o próprio contrato de serviço prevê o prazo de antecedência mínimo para solicitar a rescisão. Logo, o envio da carta de rescisão deve respeitar esse prazo estipulado no contrato. Além disso, o artigo 599 do Código Civil traz os seguintes prazos mínimos para comunicar a rescisão: Com antecedência de oito dias, se o salário for fixado por tempo igual ou superior a um mês; Com quatro dias de antecedência, em caso de saída por semana ou quinzena. Devespera, quando o serviço for contratado por menos de sete dias. Como enviar a carta? Visto que o objetivo da carta é notificar a outra parte sobre a rescisão do contrato, o registro e o envio da carta é recomendável enviar a carta pelos correios, com aviso de recebimento (AR). Dessa forma, quem envia a carta tem um comprovante do recebimento pela outra parte. Porém, vale observar se o contrato determina o canal a ser utilizado para o envio da carta de rescisão (e-mail, por exemplo). Pois, apesar do nome “carta” a notificação não precisa ser entregue impressa. Como fazer uma carta de rescisão de contrato de prestação de serviços? A carta de rescisão de contrato de serviços deve apontar de forma objetiva os motivos do cancelamento, assim como as cláusulas do contrato ou legislação que embasam o direito à rescisão. Em resumo, a notificação de rescisão de contrato de prestação de serviços deve conter os seguintes pontos: Título (“Carta de rescisão de contrato de prestação de serviços”, ou “Carta de aviso de rescisão contratual”, por exemplo); Identificação do notificante: pessoa ou empresa que solicita a rescisão do contrato; Identificação do notificado: quem vai receber a carta de rescisão; Referência: número do contrato, se houver; Descrição do motivo da rescisão contratual; Legislação ou cláusulas contratuais quem fundamentam o pedido de rescisão; Pedido de rescisão contratual; Local e data; Assinatura e identificação da pessoa responsável pelo envio da carta. Modelo de carta de rescisão de contrato de prestação de serviços Assim como os diferentes tipos de contrato de prestação de serviços têm cláusulas específicas, também não existe um modelo único de carta de rescisão. Ainda assim, você pode usar o modelo abaixo como referência. Carta de rescisão de contrato de prestação de serviços Referência: Contrato de prestação de serviço n.º ( ), datado e assinado em ( ) Notificado: (nome ou razão social, CNPJ ou CNPJ e endereço). [dados do notificante] (razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ( ), por intermédio de seu representante legal (nome, naturalidade, profissão, CPF), vem, por meio desta carta, com base no item ( ) da cláusula ( ) do (identificar o contrato), em razão de motivo (descrever), notificar o interesse em rescindir o referido contrato. Cumprindo com as exigências contidas na cláusula supracitada, fica notificada a rescisão do contrato no período de ( ) dias, cumprindo as exigências da cláusula supracitada. Do valor, prazo e condições de realização do serviço ficam registradas em contrato. Da mesma forma, as regras sobre as obrigações e direitos da pessoa aluna e da instituição de ensino ficam registradas no contrato de prestação de serviços comerciais. Portanto, com a rescisão, a parte contratante e a contratada desfazem o acordo, ficando o livro do cumprimento das disposições firmadas. Por oportuno, expressamos nossa elevada estima e consideração pelos serviços prestados. (cidade/UF). Data de assinatura Nome da empresa Nome do representante legal Agora você já sabe para que serve e o que deve constar em uma carta de rescisão de contrato de prestação de serviços. Esperamos que o conteúdo tenha solucionado suas dúvidas e te convidamos a assinar nossa newsletter, para não perder nenhuma novidade. Aqui você encontra duas opções para o Modelo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços. Você pode visualizar o modelo ou preenchê-lo online diretamente em nossa plataforma: Exemplo Modelo De Rescisão De Contrato De Prestação De Serviços (1) Para:[Contratante][Nome da empresa ou pessoa][Endereço da empresa ou pessoa][Telefone][E-mail] De:[Prestador][Nome da empresa ou pessoa][Endereço do prestador] Introdução:Este documento formaliza a rescisão do contrato de prestação de serviços, estabelecendo os termos para o encerramento dos serviços prestados. Cláusula 1: Motivo da RescisãoA rescisão do contrato é realizada devido a [motivo da rescisão, ex: insatisfação com os serviços, não cumprimento de cláusulas, etc.]. Cláusula 2: Aviso PrévioO contratante deve notificar o prestador com [número] dias de antecedência sobre a intenção de rescindir o contrato. Cláusula 3: Pagamentos PendentesQualquer pagamento pendente correspondente aos serviços prestados até a data da rescisão deve ser quitado pelo contratante. Cláusula 4: Devolução de MateriaisO prestador deve devolver todos os materiais pertencentes ao contratante em conformidade com o que foi acordado no contrato. Cláusula 5: ConfidencialidadeAmbas as partes concordam em manter a confidencialidade sobre informações trocadas durante a vigência do contrato. Feito em [Cidade], [Data]. Atenciosamente,[Assinatura do Contratante][Nome do Contratante] Atenciosamente,[Assinatura do Prestador][Nome do Prestador] Modelo De Rescisão De Contrato De Prestação De Serviços (2) Para:[Contratante][Nome da empresa ou pessoa] [Endereço da empresa ou pessoa][Telefone][E-mail] De:[Prestador][Nome da empresa ou pessoa][Endereço do prestador] Introdução:Este documento formaliza a rescisão de serviços, explicando os termos da rescisão. Cláusula 1: Justificativa da RescisãoEsta rescisão é justificada por [motivo detalhado da rescisão, como não cumprimento de objetivos, falta de retorno financeiro, etc.]. Cláusula 2: Prazo de NotificaçãoO prestador deve ser notificado pelo contratante com um prazo de [número] dias antes da rescisão, conforme estipulado no contrato. Cláusula 3: Pendências FinanceirasO contratante deve liquidar quaisquer débitos até a data da rescisão, concordando que nada mais será devido após esse prazo. Cláusula 4: Retorno de EquipamentosO contratante deve reintegrar ao prestador qualquer equipamento ou material que tenha sido de propriedade do prestador até a data da rescisão. Cláusula 5: Acordo de ConfidencialidadeAmbas as partes devem manter a confidencialidade a respeito de todas as informações trocadas durante o período de prestação de serviços. Feito em [Cidade], [Data]. Atenciosamente,[Assinatura do Contratante][Nome do Contratante] Atenciosamente,[Assinatura do Prestador][Nome do Prestador] Por favor, preencha o formulário abaixo para criar o Modelo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços. Todos os campos devem ser preenchidos para garantir a criação clara e completa do documento. Fornecemos exemplos para guiar você em cada etapa. PDF WORD Logotipo do site LEQJUR.com. Crie sua conta Conheça o legjur Publicado em: 24/01/2025 CívelProcesso Civil Modelo completo de Termo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços, abordando cláusulas essenciais, como rescisão por mútuo acordo, valores devidos, obrigações remanescentes, confidencialidade e foro competente. O documento destaca a natureza exclusivamente civil da relação contratual, embasada nos artigos 421, 422 e 480 do Código Civil Brasileiro (CCB/2002), excluindo qualquer vínculo trabalhista. Ideal para formalizar o encerramento de contratos de prestação de serviços de forma legal e segura. Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, [NOME DA CONTRATANTE, RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO], representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE APLICÁVEL], doravante denominada "CONTRATANTE", e, de outro lado, como CONTRATADO, [NOME DO CONTRATADO, CPF/CNPJ E ENDEREÇO], doravante denominado "CONTRATADO", ambas as partes ajustam entre si o presente Termo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO Por mútuo acordo entre as partes, fica rescindido o contrato de prestação de serviços firmado em janeiro de 2024, a partir de outubro de 2024. O CONTRATADO desempenhava atividades de suporte em processos de regularização edilícia, de acordo com as demandas solicitadas pela CONTRATANTE. As partes reconhecem que a relação estabelecida foi de natureza exclusivamente civil, regida pelo Código Civil Brasileiro (CCB/2002, arts. 421 a 480), sem qualquer vínculo de subordinação ou de natureza trabalhista. Fica consignado que, ainda que o CONTRATADO tenha realizado suas atividades dentro das instalações da CONTRATANTE, eventualmente utilizando trajés cedidos pela mesma e seguindo um horário ajustado para o bom andamento dos serviços, tais condições não configuram relação de emprego, conforme os princípios do direito civil. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES DEVIDOS A CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento final ao CONTRATADO no valor de R\$ 4.226,44 (quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos), correspondente aos serviços prestados até outubro de 2024, acrescido de um valor indenizatório complementar pelo serviço prestado. A quitação do valor acima descrito foi realizada no dia 1º de novembro de 2024, via transferência bancária (Pix) à conta corrente do CONTRATADO. Não restam, portanto, quaisquer valores a serem requeridos pelas partes relacionados ao contrato rescindido, conforme o mútuo acordo"»... Copyright LEQJURTodos os modelos de documentos do site Legjur são de uso exclusivo do assinante. É expressamente proibida a reprodução, distribuição ou comercialização destes modelos sem a autorização prévia e por escrito da Legjur. Legislação e Jurisprudência sobre o tema Contrato de prestação de serviços Informações complementares Trata-se de recurso interposto por [PARTE INTERESSADA] contra decisão que julgou procedente o pedido de rescisão contratual de prestação de serviços, firmado entre as partes, conforme instrumento datado de [DATA]. O caso versa sobre a análise da regularidade da relação contratual e as obrigações dela decorrentes, à luz do Código Civil Brasileiro (CCB/2002) e da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Voto do Relator Em atenção ao princípio da fundamentação das decisões judiciais, previsto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, passo no exame do caso concreto. Análise dos Fatos Conforme consta nos autos, o contrato de prestação de serviços foi firmado entre as partes para a realização de atividades de suporte em processos de regularização edilícia. O contrato reconhecia expressamente a natureza civil da relação, excluindo qualquer vínculo de subordinação ou de natureza trabalhista. O CONTRATADO alegou, contudo, que as condições de execução do contrato - incluindo a utilização de instalações e equipamentos da CONTRATANTE - configurariam, na prática, vínculo de natureza empregatícia. Por outro lado, a CONTRATANTE argumentou que todas as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas, e que a relação foi conduzida em conformidade com o princípio da boa-fé objetiva, conforme disposto no artigo 422 do Código Civil Brasileiro. Fundamentos Jurídicos Inicialmente, cabe observar que o artigo 421 do Código Civil Brasileiro consagra o princípio da liberdade contratual, assegurando às partes a autonomia para pactuar as cláusulas de seus contratos, desde que respeitados os limites impostos pela função social do contrato e pela ordem pública. Além disso, o artigo 422 do mesmo diploma legal impõe o dever de boa-fé objetiva às partes contratantes, tanto na formação quanto na execução e encerramento do contrato. No caso em análise, não há nos autos elementos que indiquem violação a esses princípios. Destaca, ainda, que a Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso IV, e artigo 5º, inciso XXII, assegura o direito à livre iniciativa e à propriedade, reforçando a validade de relações contratuais civis, desde que respeitados os princípios constitucionais e legais aplicáveis. Conclusão À luz dos fundamentos constitucionais e legais acima expostos, entendo que o contrato de prestação de serviços firmado entre as partes foi regularmente executado, não se verificando qualquer violação aos princípios da boa-fé objetiva ou da liberdade contratual. Ademais, a inexistência de vínculo empregatício foi expressamente pactuada e não há elementos que permitam descaracterizar a relação de natureza civil. Por fim, verifico que a decisão recorrida está devidamente fundamentada e em conformidade com os preceitos normativos aplicáveis, não havendo razões para sua reforma. Dispositivo Diante do exposto, voto por conhecer o recurso interposto, mas por negar-lhe provimento, mantendo a decisão de origem que julgou procedente o pedido de rescisão contratual, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Magistrado Relator Sabemos que cada processo é único e merece um modelo de peça processual que reflita suas especificidades. Por isso, oferecemos a criação de modelos de peças processuais personalizadas, partindo de um modelo básico adaptável às suas exigências. Com nosso serviço, você tem a segurança de que sua documentação jurídica será profissional e ajustada ao seu caso concreto. Para solicitar seu modelo personalizado, basta clicar no link abaixo e nos contar sobre as particularidades do seu caso. Estamos comprometidos em fornecer a você uma peça processual que seja a base sólida para o seu sucesso jurídico. Solicite aqui Publicado em: 21/12/2023 CívelProcesso Civil Modelo detalhado de contrato de prestação de serviços de plano de saúde, abordando a relação entre operadora e cliente, com ênfase em cláusulas que regulam a rescisão unilateral sem notificação prévia. O documento destaca a fundamentação legal baseada no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e na Constituição Federal, além de prever mecanismos de proteção ao consumidor e reparação por danos em caso de descumprimento contratual. O modelo inclui cláusulas essenciais, como direitos e deveres das partes, foro competente e disposições finais, assegurando clareza e prevenção de litígios. Acessar Publicado em: 19/11/2023 CívelProcesso Civil Modelo completo de petição inicial para ação de rescisão de contrato de franquia cumulada com pedido de indenização por danos materiais e morais. Contempla exposição detalhada dos fatos, fundamentos jurídicos com base na Lei nº 13.966/2019 e no Código Civil Brasileiro, além de pedidos de tutela de urgência, rescisão contratual e reparação de danos. Acessar Publicado em: 25/10/2024 CívelProcesso Civil Modelo de petição inicial para propositura de ação de indenização por danos morais e materiais cumulada com pedido de rescisão contratual e obrigação de fazer, ajuizada por consumidor contra empresa prestadora de serviços de internet banda larga e TV a cabo. O documento fundamenta-se no descumprimento contratual (cobrança indevida, prestação de serviço defeituosa), prática de propaganda enganosa e violação dos direitos do consumidor, requerendo tutela de urgência para suspensão de cobranças, devolução em dobro dos valores pagos, indenização por danos morais, além da rescisão do contrato sem penalidade. Fundamentação baseada no Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e jurisprudência atualizada. Acessar Você está prestes a dar um passo crucial para aperfeiçoar a sua prática jurídica! Bem-vindo ao LegJur, seu recurso confiável para o universo do Direito. Ao adquirir a assinatura do nosso site, você obtém acesso a um repositório completo de modelos de petição. Preparados por especialistas jurídicos com vasta experiência na área, nossos modelos abrangem uma ampla gama de situações legais, permitindo que você tenha uma base sólida para elaborar suas próprias petições, economizando tempo e garantindo a excelência técnica. Mas a LegJur oferece muito mais do que isso! Com a sua assinatura, você também terá acesso a uma biblioteca abrangente de eBooks jurídicos, conteúdo atualizado de legislação, jurisprudência cuidadosamente selecionada, artigos jurídicos de alto nível e provas anteriores do Exame da Ordem. É tudo o que você precisa para se manter atualizado e preparado na sua carreira jurídica. Na LegJur, temos o objetivo de fornecer as ferramentas essenciais para estudantes e profissionais do Direito. Quer você esteja se preparando para um processo, estudando para um concurso ou apenas buscando expandir seu conhecimento jurídico, a LegJur é a sua parceira confiável. Investir na assinatura LegJur é investir na sua carreira, no seu futuro e no seu sucesso. Junte-se a nós e veja por que a LegJur é uma ferramenta indispensável no mundo jurídico. Clique agora para fazer a sua assinatura e revolucione a maneira como você lida com o Direito. LegJur: seu parceiro para uma carreira jurídica brilhante. Assine já e tenha acesso imediato a todo o conteúdo!Veja aqui o que o LegJur pode lhe oferecer Assinatura Mensal Assine o LegJur e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Cancele a qualquer hora. 1 mês Acesso o LegJur por 1 mês e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 3x sem juros 3 meses Equilave a R\$ 39,96 por mês Acesso o LegJur por 3 meses e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 6x sem juros 6 meses Equilave a R\$ 32,48 por mês Acesso o LegJur por 6 meses e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 12x sem juros 12 meses + 2 meses de Brinde Equilave a R\$ 24,90 por mês Acesse o LegJur por 1 ano e desfrute de acesso ilimitado a um vasto acervo de informações e recursos jurídicos! Parcela em até 10x sem juros A cópia de conteúdo desta área está desabilitada, para copiar o conteúdo você deve ser assinante do site.